

CONSELHOS ESCOLARES: DIALOGANDO PARA CONSTRUÇÃO DO RECONHECIMENTO NA ESCOLA PÚBLICA DEMOCRÁTICA

Adriana Higino de Oliveira Trovão¹
Auzani Alves Ferraz de Castro²
Rosângela de Fátima Bezerra Ferreira Guaraná³

INTRODUÇÃO

A escolha por esta temática surge a partir da experiência enquanto membros de conselhos escolares nas unidades de ensino em meio à gestão democrática nas escolas públicas de Pernambuco.

Na vivência enquanto conselheira foi possível perceber que o conselho escolar tem atuado no cenário educacional como ferramenta da gestão escolar, ou seja, em função dela. Além disso a participação dos demais membros que compõem o colegiado se restringe à assinatura de documentos financeiros para liberação de verbas para a escola. No tocante às reuniões do conselho elas são provocadas pela gestão e a tomada das decisões atendem aos seus anseios individualizantes, legitimados através de práticas que por lei são democráticas, entretanto, na prática coadunam com arquétipos autoritários de épocas passadas.

A palavra gestão, explica Cury (2005, p. 14) “provém do verbo latino gero, gessi, gestum, gerere e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, gerar”. Neste sentido, o significado da palavra gestão nos remete ao ato de administrar, ou seja, ao ato de executar tarefas, tomando para si todas as decisões através de mecanismos centralizadores. Conceito que se aproxima da realidade vivenciada, porém se distancia dos princípios que regem a gestão democrática.

A lei é clara no que tange aos aspectos democráticos e a participação de todos no âmbito educacional, entretanto, a democracia da sociedade do século XXI não deve orientar-se através de modelos ditatoriais validados socialmente, como verdades absolutas. O processo democrático requer dissenso, conflito, complexidade, liberdade e antagonismos ideológicos, ou seja, rupturas de paradigmas.

Portanto, a democracia efetiva sugere conflitos que não se submetam à mera exclusão do pensamento do outro, do contrário estaríamos vivendo uma pseudodemocracia.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa tem por base uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório que busca por meio dos seus métodos e critérios, uma proximidade da realidade do objeto estudado.

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se enquanto procedimentos metodológicos: a busca por percepções de autores que abordam questões no que concerne aos

¹ Mestranda do do Curso de Educação Profissional da Universidade de Pernambuco - UPE, adrihigino@gmail.com;

² Especialista em Educação Física adaptada a Portadores de Doenças Crônico Degenerativas e Idosos, Universidade de Pernambuco - UPE, auzanizinha@gmail.com;

³ Mestranda do do Curso de Educação Profissional da Universidade de Pernambuco - UPE, rosangela_guarana@hotmail.com.

princípios da gestão democrática, à luz da obra intitulada: Reificação um estudo de teoria do reconhecimento, cujo autor é Axel Honneth.

DESENVOLVIMENTO

O princípio da gestão democrática da escola insere-se no debate educacional brasileiro no contexto das discussões sobre o processo de redemocratização do país. Por volta de 1980 esta nova ordem acaba influenciando a gestão, culminando com uma alteração constitucional instituindo a gestão democrática nas escolas, através dos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público e estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade; VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (BRASIL, 1988)

Entretanto uma gestão genuinamente democrática nas escolas requer atentar para alguns elementos que são primordiais na construção deste processo emancipatório nos sistemas de ensino. São quatro os elementos indispensáveis a uma gestão democrática: participação, pluralismo, autonomia e transparência (ARAÚJO, 2000, p.254).

Uma proposta de gestão participativa sugere uma reflexão não apenas das ações da gestão, mas de toda a comunidade. Revisitando suas atitudes e ações, especialmente no tocante às relações de poder, tendo em vista que o processo participativo em âmbito educacional não deve se restringir à gestão. Conforme pontua a autora Heloísa Luck:

Criar na escola uma visão de conjunto que estabelece o sentido de unidade e orienta o sentido de cooperação e ação articulada; promover clima de confiança e reciprocidade na construção de um ambiente colaborativo; promover a integração de esforços, a articulação de áreas de atuação[...] Criar cultura de valorização das capacidades, realizações e competências das pessoas pela celebração dos seus resultados, como um valor coletivo da escola e da educação; desenvolver a prática das decisões colegiadas e compartilhamento de responsabilidades. (LUCK, 2009, p.72)

É preciso romper as barreiras que distanciam a escola da família, fomentando a participação efetiva da comunidade escolar, favorecendo as decisões colegiadas. Ampliando os canais de comunicação entre escola e família através de um regime de parceria que envolve reciprocidade e compartilhamento de responsabilidades.

O processo participativo na organização do espaço escolar possibilita tomada de decisões de maneira democrática o que corrobora para o trabalho de uma gestão que proporcione a comunidade o engajamento na dinâmica da escola.

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação (LIBÂNEO, 2008).

Um princípio relevante para a gestão escolar democrática é a autonomia. Entretanto, deve-se relativizar tal assertiva, levando em consideração que as unidades educacionais são

regidas por dispositivos legais, normas federais e municipais que estabelecem as diretrizes para o funcionamento da gestão. Sobre essa questão esclarece o autor:

A autonomia é um conceito relacional (somos sempre autônomos de alguém ou de alguma coisa) pelo que a sua ação se exerce sempre num contexto de interdependência e num sistema de relações. A autonomia é também um conceito que exprime um certo grau de relatividade: somos mais, ou menos, autônomos; podemos ser autônomos em relação a umas coisas e não o ser em relação a outras. A autonomia é, por isso, uma maneira de gerir, orientar, as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no seu meio biológico ou social, de acordo com as suas próprias leis (BARROSO, 1998).

Sendo assim a verdadeira autonomia se delineia no espaço escolar a partir das relações entre os sujeitos no cotidiano da escola num processo de construção coletiva, sem imposição de ideias melhores ou piores, que emerge do envolvimento através da interação de todos. A autonomia, neste contexto oportuniza a participação na tomada de decisões, direcionando o olhar de todos os atores envolvidos nesse processo para o planeamento das ações, atividades e projetos a serem desenvolvidos pela escola. É através dessas trocas que vai se formando a identidade da escola, rompendo com as amarras da burocratização dos sistemas de ensino.

Nessa ótica a autonomia e a gestão democrática exigem uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar. Isso implica em desmistificar a ideia de que a escola é apenas um aparelho burocrático do estado e não uma conquista da comunidade. Na gestão democrática, pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola.

É através do envolvimento da comunidade com o bem público que emerge esse elemento constitutivo da gestão democrática de maneira a revelar as ações tomadas pelos que gerenciam o espaço educacional. É por meio da transparência que todos os envolvidos tomam para si tudo que acontece nas instituições, transformando junto com a gestão os rumos da escola. Entretanto para a efetivação deste princípio é fundamental a clareza das ações, a participação da comunidade, bem como na explicitação das mesmas. Em um clima de confiabilidade entre os sujeitos.

A transparência pressupõe a existência de um espaço público e aberto, já a lógica do mercado é pautada por interesses imediatistas e particulares, pelo desejo de lucro, predominando, então, o poder das cúpulas, ou de grupos específicos, que nem sempre têm a preocupação de prestar contas ou dar satisfação do que é feito ao conjunto da população (CURY, 2005).

É de suma importância que a gestão garanta a coletividade, oportunizando o acesso às informações com transparência acerca do trabalho que a escola realiza. Desse modo, obtém-se uma gestão dinâmica e interativa, atrelada ao constante diálogo onde se desenvolva uma consciência social crítica em todos os envolvidos, para que assim sejam assumidas as responsabilidades frente aos eventos e situações da própria comunidade. Através de uma gestão democrática “o indivíduo passa a assumir as responsabilidades de suas ações, com o poder para influir sobre o conteúdo e a organização dessas atividades” (HORA, 1994, p.51).

O pluralismo de ideias é naturalmente difundido no espaço escolar, tendo em vista que é através dos dissensos e conflitos que a escola se caracteriza como espaço democrático, por outro lado, um espaço educacional que prioriza apenas ideias consensuais está relegada a experienciar uma gestão autoritária camuflada com nome de democracia. O pluralismo decorre do conflito da diversidade quando assumido. É no campo das diversidades de concepções e ações políticas que se estabelece a democracia, ou seja, na luta pela distribuição do poder entre os vários grupos sociais (BOCAYUVA E VEIGA, 2002).

Nesta perspectiva as instituições devem ser espaço de contestação, na qual diferentes projetos possam se confrontar diariamente, do contrário condicionáramos o espaço educacional

a um ambiente hegemônico. Essa é condição *si ne qua non* ao exercício da democracia (MOUFFE, 2015).

Cabe ressaltar que os espaços de debates construídos na escola devem caminhar na estreita linha do respeito às diferenças, as decisões tomadas coletivamente, aos sujeitos em suas especificidades. Construindo um debate aberto entre os diversos interesses que se manifestam na escola, refletindo e deliberando sobre o contexto escolar, respeitando o embate estabelecido.

O Conselho escolar enquanto órgão colegiado tem atuado em prol da democracia, garantindo sua existência assim como previsto na lei? Nessa perspectiva, fomos tomadas a questionar: de que maneira o Conselho Escolar tem contribuído para o reconhecimento do outro nas instituições? As opiniões de fato têm sido levadas em consideração? Todos participam das tomadas de decisões?

Essas e outras questões, têm sido amplamente difundidas no cenário educacional brasileiro, entretanto, o nosso foco central para este estudo visa compreender o papel do reconhecimento do outro na construção da democracia através dos Conselhos Escolares. Primando pelo reconhecimento, visto que, a atitude comunicativa faz parte do comportamento humano, acompanhada da adoção da perspectiva do outro (HONNETH, 2018).

A proposta do autor nos remete a uma ruptura de paradigmas no que concerne aos estudos comportamentais humanos, especialmente na vertente epistemológica. Neste sentido, ressaltamos que durante muito tempo a aquisição do conhecimento era relegado ao crivo da relação com o objeto. Através dessas ideias foi possível compreender que o conhecimento do outro atua como fonte inesgotável de aprendizagem permeados pela ação comunicativa, ou seja, as ideias de Honneth enfatizam a interrelação, na qual os sujeitos são afetados mutuamente.

Numa relação que supere o mero repasse de informações implica ir além do respeito ao outro, pois recai sobre si. Partindo do princípio de que é fundante refletir sobre a premissa: “O que é bom para o outro e para mim, é bom para todos” num movimento simbiótico que implica na responsabilização pelo outro. A partir da difusão dessas ideias torna-se urgente a formação de Conselho Escolar baseado numa perspectiva menos autoritária e individualista, pautado numa democracia legítima de reconhecimento do outro. Acerca do reconhecimento esclarece o autor:

Na medida em que na efetuação do nosso conhecimento perdemos o vestígio de que este se deve a nossa adoção de uma postura de reconhecimento desenvolvemos a tendência de perceber que os outros seres humanos como objetos insensíveis. (HONNETH, 2018)

Dessa forma, quando consideramos o outro como objeto ou coisa significa dizer que essa capacidade de compreender as manifestações e comportamentos das outras pessoas, serão fatalmente desvinculados da percepção do mundo que nos circunda. O autor destaca ainda, que o reconhecimento pressuposto na práxis social some de vista na efetivação dessa própria práxis e reflete uma preocupação enérgica e unilateral pautada em determinados fins, interesses imediatistas e particulares, não atendendo a motivos e objetivos que estão na origem da ação.

Partindo dessa premissa, o conselho escolar na prática das escolas acaba funcionando como uma ferramenta da gestão, e o órgão que inicialmente servia para atender a princípios democráticos, se transforma em monopólio da gestão, fortalecendo a manutenção do autoritarismo nas instituições, legitimado com a nomenclatura de democracia, entretanto, afastando-se cotidianamente da práxis da verdadeira democracia.

DOURADO apud FERREIRA (2006) alerta que é fundamental repensar as relações de poder instauradas na escola pública, conforme explica o autor:

“Um processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação

e de aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas” (p. 79).

A proposta em sua origem deve considerar o processo democrático, participação ativa dos diversos segmentos na tomada de decisão, autonomizar um fim em detrimento de todo um contexto, nos remete a um processo de reificação que se atém a uma interpretação seletiva dos fatos sociais, com práticas institucionalizadas de recusa ao reconhecimento.

No contexto da prática há que se refletir com o olhar voltado para uma estrutura macro, considerando a construção do processo que se inicia nas primeiras práticas cotidianas e repercute diretamente nas relações sociais estabelecidas. É preciso considerar o processo como um todo, transitando tanto pelos fatores estruturantes restritos quanto ampliados. O autor pontua que:

Na contramão do autoritarismo, propomos uma práxis genuína e democrática respaldada na construção de espaços de discussão sob a égide do respeito às diferenças, entendendo que estas são elementos constituintes das peculiaridades dos indivíduos. Ancoradas em princípios de alteridade e reconhecimento através um relacionamento dialógico na perspectiva da diversidade. Envolvendo reciprocidade, através de uma relação estruturante que define os laços sociais, adotando o outro no sentido de apropriar-se dele. Do contrário estaríamos favorecendo a coisificação e mercantilização/ instrumentalização do sujeito. A questão que se projeta na tessitura destas linhas pretende compreender as manifestações comportamentais do outro como fonte de afecção recíproca, baseadas no envolvimento e na interrelação, ou seja, transcendam a mera observação instrumental (HONNETH, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo nos traz a reflexão acerca das relações difundidas na escola pública face a democracia legitimada através dos conselhos escolares, à luz das ideias de Axel Honneth. As mesmas se constituem numa nova perspectiva na construção do conhecimento humano, incluindo a categoria do reconhecimento como primordial para relação entre sujeitos. Isso tudo em meio à crise existencial que vivemos legitimada pelo conflito que tem por base a aniquilação da ideia do outro.

Salientamos que reconhecer o outro significa olhar para si na perspectiva de adoção do outro (autorreificação). Partindo para uma lógica coletiva permeada pelo exercício da alteridade, em busca de uma práxis que se desvie da naturalização das práticas cotidianas instituídas, visando refletir sobre elas. Para não correremos o risco de nos tornarmos reprodutores da alienação do outro.

Contudo, um Conselho Escolar enquanto espaço democrático e diverso, tendo em vista que abarca todos os segmentos da comunidade escolar, não pode ser utilizado como “marionete” nas mãos da gestão, para atender seus anseios e desejos. Acreditamos que deve atuar como mecanismo de difusão de ideias, de luta e conflitos. Do contrário esse órgão colegiado funcionaria apenas como difusor da exclusão nas unidades educacionais, mascarado pela nomenclatura *democracia*.

Dessa forma, é fundamental encararmos a diferença como fonte de reconhecimento e abandonarmos a neutralidade impregnada pelas práticas de automação. Estamos longe de solucionar todas as mazelas sociais, entretanto precisamos pensá-las despidos do olhar engessado pelo autoritarismo, visto que na luta pelo reconhecimento é preciso flexibilizar o olhar, envolver-se, criar vínculos que transcendem o binômio reificação-indiferença.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adilson César de. **Gestão democrática da educação: a posição dos docentes**. PPGE/UnB. Brasília. Dissertação de Mestrado, mimeog., 2000.

BARROSO, João. **O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal**. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto(org.). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.

BOCAYUVA, Claudio Cunca; VEIGA, Sandra Mayrink. **Afinal, que país é este?** 2. ed. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2002

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Gestão Democrática dos sistemas Públicos de Ensino**. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). **Gestão Educacional: Novos olhares Novas abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2005.

FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.). **Gestão Democrática da Educação: Atuais tendências, novos desafios**. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2006.

HONNETH, Axel. **Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento**. Tradução de Rúrion Melo. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

HORA, D. L. da. **Gestão democrática na escola: Artes e ofícios da participação coletiva**. São Paulo: Papyrus, 1994. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 5. ed. Revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

LÜCK, Heloisa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.